

# Novo presidente do TJ rejeita regime de recuperação fiscal

AO TOMAR POSSE ONTEM, Carlos Eduardo Zietlow Duro reprovou propostas do governo Sartori



Desembargador (C) deu início ao mandato na Corte em cerimônia com autoridades na sede do tribunal

DÉBORA ELY  
debor.ely@zerohora.com.br

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ), Carlos Eduardo Zietlow Duro, tomou posse ontem com críticas ao governo estadual. Em seu discurso, condenou o congelamento do orçamento do Judiciário pelo Palácio Piratini:

— É inadmissível a intromissão do Executivo, inviabilizando a atuação em flagrante inconstitucionalidade, passível de correção pela via adequada.

Sem entrar em detalhes, o desembargador também repreendeu a tentativa de gestão de José Ivo Sartori de fazer o Estado aderir ao regime de recuperação fiscal do governo federal. Nesta semana, em convocação extraordinária, o Piratini fracassou ao tentar aprovar projetos considerados cruciais para firmar o acordo com a União.

— A Assembleia foi palco de debates em relação à recuperação fiscal, que, se aprovada nos moldes como está sendo apresentada, causará problemas. Não só para o Judiciário, mas para todos — acrescentou o desembargador.

Eleito para comandar o tribunal entre 2018 e 2020, o novo presidente da Corte sinalizou que não aceitará atraso no repasse do duo-

décimo, uma vez que “esse recurso não pertence ao Executivo”, e classificou como “inaceitável” a atualização monetária exclusiva para o pagamento dos servidores, como prevê o Piratini.

## “AUXÍLIO-MORADIA SEGUE DETERMINAÇÃO DO STF”

Carlos Eduardo também disparou críticas contra a reforma da Previdência proposta pelo governo de Michel Temer. Para o desembargador, trata-se de medida que “penaliza os servidores públicos”:

— É uma reforma que suprime direitos. Não há regras de transição, por exemplo. Uma série de pontos precisa ser apriimorada, mas existem etapas. Neste momento, está no Legislativo. Somente se houver a aprovação e transformação em norma, pode-se pensar em alguma medida no Judiciário.

Questionado sobre o pagamento de auxílio-moradia no valor de R\$ 4,3 mil aos juizes, o magistrado limitou-se a afirmar que o repasse ocorre devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e que, caso os ministros revisem o entendimento, “isso terá de ser respeitado”. Há possibilidade de a presidente da Corte, Cármen Lúcia, colocar em votação em março ação que

pede a extinção do benefício.

Nos dois anos de mandato de Carlos Eduardo, também participaram da administração as desembargadoras Maria Isabel de Azevedo Souza (1ª vice-presidente) e Denise Oliveira Cezar (corregedora-geral) e os magistrados Almir Porto da Rocha Filho (2º vice-presidente) e Tulio de Oliveira Martins (3º vice-presidente).

Antes de transmitir o cargo, o agora ex-presidente do TJ Luiz Felipe Silveira Difini destacou a busca pela “máxima eficiência das despesas” em sua gestão. Segundo o desembargador, a arrecadação própria subiu 22% no último biênio.

— Tenho afirmado que a solução da crise não deve se limitar à redução de despesas, sob o risco de comprometimento da prestação de serviços à população, sobretudo a mais carente, mas na gestão e na arrecadação mais eficientes — argumentou Difini.

Dezenas de autoridades assistiram à cerimônia, entre as quais, o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan, e o deputado Pedro Ruas (PSOL), representando a Assembleia, cujo novo presidente, Marlon Santos (PDT), também tomou posse ontem.

## ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES

### Vera Deboni assume o comando da Ajuris

A juíza Vera Deboni assumiu ontem a presidência da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris). No discurso



Vera Deboni

de posse, criticou o que chama de “posturas corrosivas” contra o Judiciário. Segundo Vera, esse posicionamento, às vezes, também é praticado por colegas em cargos em tribunais superiores.

— Não faltam tentativas de abalar a autonomia administrativa e financeira dos tribunais e de ferir os pilares das garantias da magistratura mediante propostas falaciosas — disse Vera.

Segunda mulher a ocupar o cargo mais alto na Ajuris em 73 anos de entidade, a juíza também atacou a reforma da Previdência. A magistrada afirmou que a matéria é apontada pelo governo como “solução para todos os males do país, mas atingirá danosamente muitos brasileiros” de todas as classes sociais.

## PERFIL

► O desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, 59 anos, é natural de Montenegro. Desde 2016, era vice-presidente do Tribunal de Justiça.

► Formado em 1984 pela PUCRS, exerceu a advocacia até a posse como juiz, dois anos depois. Trabalhou em Panambi, São Francisco de Assis, Candelária, Alvorada e Porto Alegre. Na Capital, atuou na área cível, foi juiz eleitoral e coordenador administrativo das zonas eleitorais.

► Promovido por merecimento a desembargador, tomou posse em março de 2002. Já exerceu a presidência do Conselho de Informática Judiciária e da Comissão de Direitos Humanos do TJ.



Inadmissível a intromissão do Executivo ao congelar o orçamento do Judiciário, inviabilizando sua atuação em flagrante inconstitucionalidade.

A Assembleia foi palco de debates em relação à recuperação fiscal, que, se aprovada nos moldes como está sendo apresentada, causará problemas. Não só para o Judiciário, mas para todos.

## CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO

Novo presidente do Tribunal de Justiça

## JUÍZA CRITICOU FALHAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A nova presidente da Ajuris também afirmou que o Judiciário nunca viveu momento parecido com o atual, no qual é constantemente provocado a decidir sobre assuntos envolvendo administradores públicos. Vera destacou que a Justiça deve atuar de maneira firme e serena, como “essência do Estado Democrático de Direito”.

No entendimento da juíza, se a administração pública agisse em favor dos cidadãos e os órgãos reguladores atuassem de maneira efetiva no controle das instituições financeiras e nos serviços concedidos, a maioria das demandas da população seria atendida sem necessidade de ajuda do Judiciário.

Natural de Chapecó (SC) e juíza da Infância e Juventude nas duas últimas décadas, Vera formou-se em Direito, em 1984, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na Ajuris, Vera já ocupou os cargos de vice-presidente administrativa, vice-presidente cultural, diretora da sede campestre, presidente do conselho deliberativo e diretora do departamento de coordenação de processos judiciais.